



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional – São Luís/MA

TERMO DE REFERÊNCIA
MENOR PREÇO

FORNECIMENTO DE 01 (UM) VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, NOVO, ZERO QUILOMETRO, TIPO SUV MÉDIO, PARA ATENDER A LOGÍSTICA DOS SERVIÇOS REALIZADOS PELA SUPERINTENDÊNCIA DA 8ªSR DA CODEVASF EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO.

Outubro/2020



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional – São Luís/MA

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO | 3 |
| 2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES | 5 |
| 3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO..... | 6 |
| 4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE | 7 |
| 5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS..... | 7 |
| 6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO | 7 |
| 7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA..... | 9 |
| 8. PROPOSTA..... | 9 |
| 9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO..... | 10 |
| 10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | 12 |
| 11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS | 12 |
| 12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO..... | 13 |
| 13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS..... | 13 |
| 14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS | 13 |
| 15. FISCALIZAÇÃO..... | 14 |
| 16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL..... | 15 |
| 17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA | 16 |
| 18. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF | 16 |
| 19. GARANTIA DOS MATERIAIS..... | 16 |
| 20. CONDIÇÕES GERAIS | 17 |
| 21. ANEXOS..... | 17 |



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional – São Luís/MA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Fornecimento de 01 (um) veículo de transporte de passageiros, novo, zero quilômetro, tipo SUV Médio, para atender a logística dos serviços realizados pela Superintendência da 8ªSR da Codevasf em municípios do estado do Maranhão.

1.1. Fornecimento de 01 (um) veículo de transporte de passageiros, novo, zero quilômetro, tipo SUV, para atender a logística dos serviços realizados pela Superintendência da 8ªSR da Codevasf em municípios do estado do Maranhão, a ser entregue em São Luís-MA, conforme descrito abaixo:

| ITEM | CATMAT ou CATSERV | ESPECIFICAÇÕES/ DESCRIÇÃO | COTA DECRETO | UNID | QUANT | VALOR UNITÁRIO (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|------|-------------------|---|--------------|------|-------|----------------------|-------------------|
| 1 | BR150682 | Veículo tipo SUV Médio, “zero Km”, fabricação nacional; ano de fabricação/modelo: 2020/2020 ou 2020/2021, com 4 (quatro) portas laterais e 01 (uma) traseira (porta-malas); capacidade para cinco passageiros, incluindo o motorista; combustível diesel; motorização mínima de 2.0, 16v, potência mínima de 170 cv; tração 4 X 4; distância entre eixos mínima de 2,60 m; câmbio automático de no mínimo 7 (sete) marchas; controle de cruzeiro adaptativo; freio a disco nas 4 rodas; aviso e frenagem automática ao identificar possíveis chances de colisão; alarme; direção elétrica; volante com regulagem de altura e profundidade, ; ar-condicionado digital; capacidade do porta-malas de no mínimo 400 litros, contendo iluminação; travas elétricas das portas e porta-malas; vidros dianteiros e traseiros elétricos; retrovisores com comandos elétricos; computador de bordo; faróis de neblina dianteiros; sensor de estacionamento traseiro, com câmera; limpador, lavador e desembaçador do vidro traseiro; mínimo de 7 airbags, sendo dois frontais, dois laterais, 2 de cortina e 1 para joelho de motorista frontal; monitoramento de ponto cego; protetor de cárter; detector de tráfego cruzado; distribuição eletrônica de frenagem; controle de tração; controle de estabilidade; rádio AM/FM, conexão Auxiliar e comando satélite no volante; apoio de cabeça dianteiros e traseiros; banco do motorista com regulagem de altura; abertura interna da tampa de combustível; capas dos retrovisores e maçanetas externas pintadas na cor do veículo; para-choques parcialmente ou totalmente pintados na cor da | Principal | und | 01 | R\$ 190.490,00 | R\$ 190.490,00 |



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional – São Luís/MA

| | | | | | | | |
|---|---|--|---------------|---|---|--------------------|-------------------|
| | | carroceria; banco traseiro rebatível; bloqueio de ignição por transponder; rodas de liga leve mínimo de 17 polegadas, pneus 225/55 ou 225/60; travamento automático das portas; sistema de monitoramento de pressão de pneus; estepe; película nos vidros resistente a grandes impactos; gancho de reboque dianteiro e traseiro; pintura na cor sólida branco; garantia mínima de 03 (três) anos, demais itens de segurança exigidos pelo CONTRAN. Todos os itens/acessórios, com exceção da película de vidro, devem vir instalados de fábrica. O 1º emplacamento do veículo deve ser em nome da Codevasf, e deverá ser emplacado pela empresa vencedora do certame, no Detran/MA, com recursos próprios. | | | | | |
| 2 | - | - | Cota – ME/EPP | - | - | - | - |
| 3 | - | - | Exclusivo | - | - | - | - |
| | | | | | | Total (R\$) | 190.490,00 |

1.2. O Item 01 é aberto para participação de todas as empresas.

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em São Luís/MA, em cuja jurisdição territorial localiza-se os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

CATSERV - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional – São Luís/MA

CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução do fornecimento.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. Critério de Julgamento: Menor Preço

3.2. **MODO DE DISPUTA: ABERTO, com intervalo mínimo de diferença entre os lances de 0,5% (zero virgula cinco por cento)**, do valor do item pertinente, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto e relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

3.3. Valor estimado: Público

4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE

4.1. O veículo objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue no prédio sede da Codevasf/8ªSR, situado na Avenida Alexandre de Moura, nº 25, localizado no município de São Luís no Estado do Maranhão.

4.2. A Codevasf/8ªSR está localizada no centro da cidade de São Luís, ao lado do parque Bom Menino.

4.3. O meio de transporte do veículo objeto deste pregão deve ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade do mesmo. Todas as partes sujeitas à vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos ao veículo.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional – São Luís/MA

5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS

5.1. O objeto do presente pregão compreende o fornecimento de 01 (um) veículo novo, zero quilômetro, tipo SUV Médio, incluindo a carga, o transporte e a descarga do veículo, localizado no município de São Luís, Estado do Maranhão.

5.2. A descrição dos fornecimentos consta no item 1.1 deste Termo de Referência, respectivamente, que deverão ser observados criteriosamente pelos licitantes.

5.3. O meio de transporte e o acondicionamento do(s) itens objeto deste TR devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade do mesmo.

5.4. Todo carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nacionais, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos.

6.1.1. As Empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.

6.1.2. Os licitantes poderão apresentar propostas para a integralidade do item a que concorrer, discriminados na item 1.1 deste Termo de Referência. Não serão aceitas propostas para parte do item, implicando na desclassificação da proposta.

6.2. CONSÓRCIO

6.2.1. Não será permitida a participação de consórcio.

6.3. SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação

6.4. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Sociedade Cooperativa, poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015.

7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA

7.1. O atestado de visita ao local do fornecimento **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização do projeto.

7.1.1. Os custos de visita ao local onde será entregue o veículo correrão por exclusiva conta do licitante.

7.1.2. Em caso de dúvidas sobre onde será entregue o veículo objeto desse termo de referência ou para marcar/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência Regional de Administração da CODEVASF, em São Luís, no estado do Maranhão, nos telefones: (98) 3198 1302 / (98) 2016 7576 / (98) 3198 1300 / (98) 3198 1310.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional – São Luís/MA

8. PROPOSTA

8.1. As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fabricante de cada bem ofertado;
- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;
- c) Proposta de preço contendo preço unitário e total ofertado para o veículo, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo II, que é parte integrante deste termo de Referência.
- d) Serão de responsabilidade do licitante vencedor o fornecimento abaixo, cujos custos correrão por sua exclusiva conta:

8.1.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.

8.1.2. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, no fornecimento objeto deste termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

8.1.3. Para efeito do disposto no subitem acima o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos equipamentos nos Perímetros Irrigados (ou projeto), considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais e serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.

8.1.4. Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o menor preço global avaliado, para o item, conforme critérios acima estabelecidos.

9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1.1. Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 5 deste Termo de Referência.

9.1.2. Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade ou o desempenho (performance) dos equipamentos, que não restrinja os direitos da CODEVASF e as obrigações do licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outros licitantes que ofertarem equipamentos dentro das condições estabelecidas. A CODEVASF poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma apresentada, constantes das especificações contidas no item 1.1 deste Termo de Referência.

9.1.3 O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional – São Luís/MA

- a) Atestado(s) em nome da concorrente, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos/serviços de forma a permitir a constatação da experiência do licitante na execução de fornecimentos similares ao objeto da licitação:
- b) O licitante deverá apresentar catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais do veículo objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:

- b1) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho do bem, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes (no que couber);

9.1.4 Caso o licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, o mesmo deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito a aprovação pela Codevasf.

10 ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A Codevasf se propõe a pagar pelo fornecimento do objeto desta licitação, o valor máximo de R\$ 190.490,00 (cento e noventa mil, quatrocentos e noventa reais), conforme indicado no item 1.1 deste Termo de Referência.

10.2 Os recursos orçamentários da CODEVASF correrão à conta do Programa de Trabalho - nº 15.244.2217.7K66.7022 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Aquisição de equipamentos - no estado do Maranhão, Categoria Econômica 4, sob a gestão da 8ªSR da CODEVASF.

11 PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS

11.1 O prazo para vigência do contrato será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento, sendo 60 (sessenta) dias consecutivos o prazo de execução do objeto deste TR, acrescido de mais 60 (sessenta) dias consecutivos para expedição do Termo de Encerramento Físico do fornecimento.

12 FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base no preço unitário do bem, efetivamente entregue, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, conforme legislação vigente:

12.2 Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento de cada parcela.

13 REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

13.1 Os preços para estes fornecimentos serão fixos e irrevogáveis

14 RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS

14.1 Após o término dos fornecimentos objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à Codevasf, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional – São Luís/MA

14.2 O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

b1) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

14.2.1 Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

14.2.2 Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

14.2.3 A Codevasf rejeitará, no todo ou em parte fornecimento executado em desacordo com o contrato.

14.3 Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os equipamentos rejeitados.

14.4 A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

- a) Emissão, pela Codevasf, do Atestado de Capacidade Técnica;
- b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF); e

14.5 Aceitos e aprovados os fornecimentos, a Codevasf emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da prestação de garantia.

14.6 O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela Codevasf sobre a execução do objeto contratado.

14.7 A última fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

15 FISCALIZAÇÃO

15.1 A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos/serviços será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

15.2 A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

15.3 A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional – São Luís/MA

relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

15.4 A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à área responsável pela execução do contrato.

15.5 Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

15.6 Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer 8ª Superintendência Regional da Codevasf, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

15.7 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

15.8 Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.

16 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1 O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:

16.2 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

16.3 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

16.4 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

16.5 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

16.6 O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas.

16.7 Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a Codevasf poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

16.8 Caso a contratada seja detentora da norma ISO 14000, poderá apresentar certificação que substitua as exigências do item 16.2 e deve apresentar a adoção das práticas previstas nas normas, bem



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional – São Luís/MA

como o desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

17 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1 O licitante fica obrigado a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos.

17.1.1 A confiabilidade dos equipamentos será avaliada com base nas declarações sobre experiências de campo fornecidas junto com a proposta para equipamentos com as características técnicas mínimas as solicitadas no item

17.2 A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

18 OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

18.1 Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.

18.2 Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

18.3 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

18.4 Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

18.5 Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

18.6 Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos/serviços contratados.

18.7 Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

19 GARANTIA DOS MATERIAIS

19.1 A licitante vencedora se responsabilizará, por si e por seus sucessores, pela garantia de que o veículo é novos, sem prévia utilização e livre de defeito de projeto, composição, fabricação ou de material, obrigando-se a licitante vencedora a garanti-los integralmente, nas condições estabelecidas nas especificações técnicas constantes no item 1.1 deste termo de referência, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos ou prazo superior fixado pelo fabricante, o qual deverá estar expresso na proposta, contado a partir da data da entrega do veículo à 8ª Superintendência Regional da Codevasf.

19.2. Caso a garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido no subitem anterior, a licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo tempo restante.

19.3. Durante o período da garantia contra defeitos de fabricação, a adjudicatária obriga-se a efetuar, sem ônus para a Codevasf, a substituição do objeto que apresentar defeitos de fabricação, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da notificação.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional – São Luís/MA

20 CONDIÇÕES GERAIS

20.1 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

21 ANEXOS

21.1 São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I - Justificativa
- Anexo II - Modelo de Proposta



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional – São Luís/MA

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do equipamento a ser adquirido, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da necessidade da contratação

A demanda por um veículo SUV médio, que tenha tração 4x4 advém da necessidade de diversas viagens do Superintendente Regional com a finalidade de executar vistoria técnica, bem como de acompanhamento e entrega de obras executadas pela Codevasf, uma vez que o mesmo representa institucionalmente esta estatal, e, portanto, torna-se obrigatória a sua presença, além de eventuais demandas para condução não só do Superintendente Regional como também o corpo diretivo desta estatal federal com a mesma finalidade.

A demanda de veículo com tração 4x4 se justifica pois os trajetos a serem percorridos nas entregas de obras pela Codevasf por vezes são em zona rural, porém não se faz necessário o uso de pick-ups ou SUVs grandes que teriam preços mais elevados se comparados com o valor médio de uma SUV média, além do maior conforto conferido aos passageiros, sendo, portanto mais vantajoso à administração pública.

Também se destaca a demanda por motor a diesel por serem reconhecidamente veículos de menor consumo de combustível, além do aspecto ambiental mais favorável, haja vista emitirem menores gases de efeito estufa se comparados com os motores a gasolina.

Atualmente, a Codevasf não possui veículo desse porte que seja voltado especificamente para condução do representante institucional da Codevasf ou demais autoridades que compõem o corpo diretivo da estatal, sendo fundamental o veículo ofertar diversos itens de segurança elencados nas especificações.

Ademais, é fundamental destacar a exigência premente do Governo Federal quanto a presença do titular da Superintendência nas diversas entregas de obras e doações de equipamentos para fins de promoção institucional desta estatal, que tanto desenvolve o estado do Maranhão.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico considerando que se trata de bem comum e visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances verbais e negociação direta pelo pregoeiro, conforme art. 1º da Lei Federal nº 10,520, de 17 de julho de 2002. A técnica envolvida na execução do fornecimento (ou serviços) objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme consta no item 1.1 deste termo de referência.

O essencial para a eficácia da licitação, é que o escopo de fornecimento, este Termo de Referência define de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento que será contratado.

Permite Participação de Consórcios: Não, pois a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo consequentemente pertinente a formação de consórcios.

Permite Subcontratação: Não, pois se trata de bem indivisível

Critério de Julgamento: Menor preço, uma vez que se mostra a opção mais vantajosa para a administração.

Sustentabilidade Ambiental: Devem ser atendidos os requisitos previstos na legislação aplicável.

Garantia do Objeto: Foi exigida a garantia mínima ou comum no mercado, que é o mínimo de 3 (três) anos.

Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP: O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar foram aprovados por ato da autoridade competente.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional – São Luís/MA

ANEXO II
(PROPOSTA DE PREÇOS)

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

ITEM _____

DADOS DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE:

EMAIL:

SITE:

À

CODEVASF

Avenida Alexandre de Moura, 25

CEP 65.025-470 – São Luís - MA

Ref.: Edital nº ____/20__

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital n.º .../20__ e seus elementos técnicos constitutivos, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para _____ (*Descrever o objeto da licitação, em descrição sucinta e clara, indicando o município e estado onde serão executados os serviços.*), para o Item _____, pelo valor global de R\$ _____, (VALOR TOTAL POR EXTENSO, EM REAIS), de acordo com as especificações contidas na tabela abaixo:

| Nº do item | DESCRIÇÃO DETALHADA DO VEÍCULO | MARCA/MODELO DO VEÍCULO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------------|---|-------------------------|----------------|-------------|
| 01 | <i>Descrição detalhada do veículo a ser ofertado, contendo todas as especificações pormenorizadas</i> | | | |



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional – São Luís/MA

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | | |
|--|--|--|--|--|

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a fornecer o veículo no prazo fixado no Edital e conforme especificações técnicas, a contar da data de emissão da(s) Nota(s) de Empenho pela CODEVASF.

Nos preços cotados, deverá estar incluso o transporte (frete) para o veículo objeto desta licitação.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a realizar a entrega do veículo no prazo de ____ (____) _____, a contar da data de assinatura do Contrato.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas (___/___/___), representando um compromisso que pode ser aceito a qualquer tempo antes da expiração do prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta, será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

Na oportunidade, credenciamos junto à CODEVASF o(a) Sr.(ª) _____, carteira de Identidade n.º _____, Órgão Expedidor _____, CPF n.º _____, residente e domiciliado(a) na rua _____, n.º _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, ao(à) qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir, assinar contratos, atas e documentos, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Declaramos, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em pauta, e ainda, que concordamos plenamente com as condições constantes no presente Edital e seus anexos, e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos e despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o fornecimento.

Atenciosamente,

FIRMA LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL